

## EDITORIAL

É com muita alegria que apresentamos o dossiê temático “Comunicação, acessibilidade e representação de pessoas com deficiência”. O convite feito pelo Comitê Editorial da Revista Culturas Midiáticas foi recebido por nós com grande entusiasmo, como uma oportunidade de sistematizar parte da produção sobre mídia e deficiência no Brasil, articular pesquisas e consolidar a temática, ainda periférica no campo da Comunicação.

Sem dúvida, o conjunto de artigos submetidos trouxe contributos significativos e originais para o dossiê, demonstrando que a temática vem sendo explorada em vertentes diversas, de modo a abordar desafios sociais e comunicacionais contemporâneos. Ao todo, foram recebidos 31 trabalhos, dos quais foram selecionados 14 artigos para a publicação neste número. Além disso, foram publicadas uma tradução de capítulo de livro, duas entrevistas e um relato de pesquisa, definidos e/ou realizados pelos editores.

A constituição de um campo de Estudos em Mídia e Deficiência é o tema central do capítulo traduzido “Rumo a um Campo de Estudos de Mídia e Deficiência”, de Elizabeth Ellcessor, Mack Hagood e Bill Kirkpatrick. Na introdução do livro “Disability Media Studies” (2017), os autores apontam que “nem os Estudos da Deficiência, nem os Estudos de Mídia, tem lidado adequadamente com as complexidades da deficiência e da mídia juntas” (p. 14). No texto, os autores defendem que esses campos precisam aprender um com o outro a partir de uma conversa interdisciplinar, capaz de configurar um campo que valoriza a experiência vivida e a transformação das relações de poder e de opressão originadas das representações e da estrutura social. Não é simplesmente uma fusão de campos, mas uma reorientação em direção à interdisciplinaridade para pensar a mídia e os corpos como co-constitutivos dentro contextos sociais, materiais, histórico e políticos específicos.

O campo de estudos em Mídia e Deficiência também foi explorado na entrevista realizada por Regiane Lucas Garcêz com a pesquisadora Katie Ellis, da Universidade de Curtin, Austrália. Ellis aponta para três temáticas centrais na constituição desse campo: representações midiáticas, acessibilidade e os processos comunicativos. Neste último, em particular, a pesquisadora discute as desvantagens vividas pelas pessoas com deficiência durante a pandemia de COVID-19, e as estratégias comunicacionais para fazer com que informações e ações contemplassem esses públicos. É destacada também a relevância de pesquisa *com* as pessoas com deficiência e não apenas *sobre* elas.

O dossiê traz também uma entrevista com o desenvolvedor e pesquisador do Governo Eletrônico Brasileiro, Reinaldo Ferraz. Expert em estratégias de acessibilidade na Web, com base nas Diretrizes Internacionais de Acessibilidade do W3C. Em uma conversa com Joana Belarmino e Ana Moura, Reinaldo revela-

se um otimista quanto à questão, mas sabe que há muito trabalho a ser feito a fim de que pessoas com deficiência tenham um acesso confortável e pleno aos conteúdos distribuídos na internet.

Esta primeira sessão do dossiê traz ainda o artigo “Clima Acessível: uma proposta de inovação e inclusão de acessibilidade comunicativa em conteúdos jornalísticos audiovisuais para pessoas com deficiência sensorial”. Nele, Marco Bonito, um dos nossos editores, e Caroline Andrades problematizam os conteúdos sobre clima e meteorologia, que se inserem na Indústria Criativa e contém barreiras informacionais que prejudicam a construção da cidadania das pessoas com deficiência sensorial. Através de um processo transmetodológico, realiza-se uma pesquisa participante que visa promover inovação no processo de produção jornalístico, com a inclusão de procedimentos e técnicas que tornam o conteúdo acessível desde a gênese do projeto. Como resultado da pesquisa, obtém-se a criação de um canal no Youtube e a produção de dois vídeos com recursos de acessibilidade, frutos de uma mudança de ordem prática no processo.

Na segunda sessão, fazendo coro as três áreas temáticas mencionadas por Ellis, temos trabalhos sobre *acessibilidade comunicacional*, em particular sobre produtos audiovisuais e sobre internet. O cinema acessível foi tema do artigo “Cinema e Acessibilidade online: análise dos streamings Netflix, Globoplay e PingPlay”, de Amanda Azevedo e Eveline de Araújo. O estudo explora o consumo de conteúdos fílmicos por pessoas com deficiência visual, sobretudo através dos streamings comerciais. O tema é original e relevante, revelando-se na pesquisa realizada o esforço da Agência Nacional de Cinema por estabelecer e garantir estratégias de acessibilidade a esses conteúdos.

Também sobre acessibilidade em produtos audiovisuais, o artigo intitulado “Acessibilidade no audiovisual: As práticas Comunicativas na Cobertura da Pandemia”, de Giovandro Ferreira, Juliana Reis, Dayanne Da Silva, explora o instigante tema da acessibilidade por pessoas surdas aos conteúdos televisivos, principalmente os telejornais, durante o período da pandemia de COVID-19, quando há uma necessidade premente por informação precisa e objetiva, principalmente para essa audiência especial. Expor o tensionamento entre as práticas comunicativas dos telejornais na cobertura da pandemia, as legislações que tratam do tema da acessibilidade no audiovisual e as demandas das pessoas com deficiência auditiva são os objetivos centrais do trabalho.

No artigo “A produção audiovisual no contexto da surdez: discutindo parâmetros e consultoria”, de Rafael Marques, Flávia Viana e Jefferson Alves, o objetivo da pesquisa foi discutir a acessibilidade para as pessoas surdas a partir de um documentário e dos parâmetros técnicos para a janela de Libras e também da perspectiva da consultoria surda. Para tanto, foi realizado um estudo de recepção com a comunidade de pessoas surdas e ensurdecidas, caracterizando assim um estudo de caso da abordagem qualitativa e interpretativa. Como resultado dessa investigação se considera a importância da consultoria surda,

em relação à orientação do trabalho da equipe multidisciplinar dos profissionais da acessibilidade nas produções audiovisuais.

Já o artigo “A produção do sentido no ciberjornalismo inacessível e os prejuízos à participação social de pessoas com deficiência visual”, de Matheus Ferreira e Maximiliano Vicente, vale-se da Hermenêutica de Profundidade (HP) (THOMPSON, 2011) para explorar a inacessibilidade do ciberjornalismo. Com isso, aciona as três fases analíticas previstas pelo método (análise sócio-histórica, análise estrutural das formas e reinterpretação) na análise de entrevistas com 19 pessoas com deficiência.

Também sobre acessibilidade na internet, o artigo “Parâmetros de acessibilidade nas redes sociais: consumo de marcas por pessoas com deficiência visual no Facebook”, de Guilherme Magalhães e Suely Maciel, articula bibliografia referente à Comunicação Organizacional, à comunicação em redes sociais e à acessibilidade digital, em termos de parâmetros previstos para avaliação dos 3 perfis escolhidos para análise relacionada à acessibilidade digital.

Outra experiência interessante foi a pesquisa etnográfica realizada por uma mestranda autista, que também é produtora de conteúdo sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Sophia de Mendonça e Sônia Pessoa investigaram a “Acessibilidade afetiva por e para autistas na pandemia da COVID-19”. Para tanto, analisaram perfis públicos para investigar os problemas relacionados às habilidades de comunicação social de pessoas autistas durante o período pandêmico e buscam compreender as possibilidades de diálogos e da construção de textualidades nas plataformas digitais, através de depoimentos e comentários considerados como ativistas, visando a articulação de um diálogo entre a pesquisadora autista e os perfis, no que se refere à acessibilidade afetiva.

Já no trabalho “Charges bilíngues acessíveis em prol da inclusão” a preocupação está implicada na falta de acessibilidade para pessoas com deficiência visual no conteúdo imagético. Através da tradução intersemiótica conhecida como audiodescrição Deise Silveira e Felipe Monteiro buscou eliminar barreiras informativas através de uma experiência empírica, nas redes sociais Instagram e Facebook, onde as charges eram republicadas, em formato bilíngue, português e inglês, com legenda oculta no campo “texto alternativo”, composta por técnicas de audiodescrição, para acesso das pessoas com deficiência visual, através de leitores de tela.

Em alguns estudos, a acessibilidade foi tematizada de modo mais global, levando em conta os processos comunicacionais e produções de sentido. A temática das fotografias inclusivas para pessoas com deficiência visual foi abordada no artigo “A prática fotográfica junto às pessoas não videntes: caminhos inclusivos para o sentir”, de Cristianne Amorin e Paulo Figueiredo Júnior. Há aqui um esforço para subverter discursos sociais enraizados acerca das potencialidades das pessoas com deficiência como questionamentos sobre o “ver”, além de dilatar as ponderações sobre a experiência sensorial no universo da fotografia, e conseqüentemente, do universo comunicacional.

Os processos comunicacionais relacionados à comunicação governamental foram explorados no artigo “‘Eu respeito’? Reflexões sobre acessibilidade afetiva e comunicativa na publicidade do MMFDH”. O artigo de Isabella Mustafé e Tamires Coelho analisou o vídeo institucional da campanha “Eu respeito!”, promovida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em 2020. Por meio da discussão sobre acessibilidade comunicativa, acessibilidade afetiva e operações discursivas da extrema-direita, o artigo concluiu que há uma concepção limitada da promoção e conscientização dos direitos de pessoas com deficiência pelo MMFDH, bem como elementos que perpetuam o capacitismo imbricado nas estruturas sociais.

O artigo "Educomunicação e inclusão: uma proposta junto a indivíduos com deficiência visual", Mariana Cerigatto, Lígia Almeida e João Paulo Fernandes relatam uma experiência de Educomunicação junto a pessoas com deficiência visual (8) por meio de audiodescrição do filme "Eu não quero voltar sozinho". A partir do referido filme de curta metragem, discute-se deficiência visual e orientação sexual com o grupo.

A terceira sessão do dossiê versa sobre *representações midiáticas das pessoas com deficiência* encontram-se três estudos, dois deles sobre a cobertura das parolimpíadas. O artigo “O esporte paralímpico nos jornais impressos brasileiros: a cobertura dos Jogos de 2012”, de Tatiane Figueiredo, verificou as referências aos Jogos Paralímpicos de Londres em quatro veículos de comunicação brasileiros (Folha de São Paulo, O Globo, Zero Hora e Estado de Minas). Além dessa análise, que foi conduzida por meio de 6 critérios específicos, conta com entrevistas semi-estruturadas com 6 atletas paralímpicos em relação aos resultados do estudo.

Em “Identidades mediatizadas: o enquadramento da deficiência de atletas paralímpicos em narrativas globais”, artigo de Selma Regina Gomes e Maria Cecília Bello Moutinho, o objetivo científico é relacionar as identidades das pessoas com deficiência retratadas nas mídias, em especial aquelas associadas aos atletas paralímpicos. Parte-se da teoria do enquadramento para, a partir dos resultados encontrados, perceber os vieses escolhidos pelos jornalistas na produção das notícias, bem como os juízos de valores atribuídos. Como base do estudo, foram utilizados artigos científicos de estudos de recepção relacionados ao tema, publicados nos últimos 20 anos. Os resultados obtidos permitiram perceber um novo direcionamento do percurso da mediatização da deficiência.

Por fim, no artigo “O documentário nacional frente ao conceito social da deficiência”, Almir Bonfim Júnior e João Batista Cardoso discutem os discursos sobre protagonistas com deficiência que se apresentam em quatro documentários nacionais lançados entre 1995 e 2018. São utilizadas categorias representativas relacionadas ao discurso de piedade das narrativas cinematográficas hollywoodianas, conforme Hayes e Black (2003), em contraposição aos discursos defendidos pelos movimentos sociais das pessoas com deficiência. Os resultados apontam que, ao centrarem-se em limitações

corpóreas de maneira individualizada, os documentários acabam por restringir as possibilidades de representações a estereótipos.

Agradecemos os autores e a equipe editorial da revista Culturas Midiáticas, que tanto contribuíram para a construção deste dossiê. Agradecemos também à New York University Press, que generosamente nos cedeu os direitos para traduzir o capítulo que abre esta edição. Uma vez que a garantia da comunicação enquanto um direito humano é uma das condições para redução das desigualdades nas sociedades democráticas, esperamos com este dossiê contribuir para a ampliação das discussões e enfrentamento destas desigualdades. Desejamos a todas, todos e todes, uma ótima leitura.

Joana Belarmino, Marco Bonito, Regiane Lucas Garcêz, Sandra Montardo e Flávia Mayer – editores do dossiê